

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ROSÂNGELA CARNEIRO ALMEIDA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA ELEVAÇÃO DA AUTO-ESTIMA DO
ALUNO AFRO-DESCENDENTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
(EJA)**

SALVADOR – BAHIA

2008

ROSÂNGELA CARNEIRO ALMEIDA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA ELEVAÇÃO DA AUTO-ESTIMA DO
ALUNO AFRO-DESCENDENTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
(EJA)**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia como requisito para conclusão do curso de Pedagogia sob a orientação do Prof. Dr. Djalma F. dos Santos.

SALVADOR - BAHIA

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ROSÂNGELA CARNEIRO ALMEIDA

O PAPEL DO PROFESSOR NA ELEVAÇÃO DA AUTO-ESTIMA DO ALUNO
AFRO-DESCENDENTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Djalma F. dos Santos.
Orientador

RESUMO

A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre o papel dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na elevação da auto-estima dos alunos afro-descendentes, no que tange à sua identidade étnico-racial.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos, auto-estima, identidade étnica.

“Com as mãos e o coração, construímos o
nosso tempo”.

Olívia Santana

Dedicatória

- À minha família, em especial a minha mãe Rosí, por ter me conduzido pelos caminhos dos saberes com seu carinho;
- À contribuição dos que já não se encontram no mundo material, mas suas almas brilham nas estrelas, de modo particular ao meu irmão Geraldo de Oliveira Almeida Filho (Geraldinho);
- Aos meus sobrinhos por representarem a esperança em um mundo melhor, com paz e justiça social.

Agradecimentos

- A Deus, por ter me concedido mais esta conquista;
- Aos amigos, parentes, colegas e funcionários da UFBA, companheiros da jornada da vida pelas palavras de incentivo nos momentos difíceis;
- Ao professor Djalma F. dos Santos por sua paciência e generosidade na orientação desta pesquisa;
- Aos queridos alunos e colegas de trabalho pela disponibilidade e colaboração;
- A todos que direta ou indiretamente colaboraram para esta tarefa.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
A Educação de Jovens e Adultos e a Legislação.....	12
O Professor da Educação de Jovens e Adultos na Abordagem Humanista.....	16
A Auto-Estima do Educando.....	22
Aspectos Metodológicos.....	28
Análise dos Resultados.....	33
Considerações.....	38
Referências.....	40
Apêndice.....	42

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre o papel do professor da Educação de Jovens e Adultos na elevação da auto-estima do aluno afro-descendente.

Em razão disso, apresenta-se a questão da atuação do professor que, enquanto sujeito singular, é fruto de uma história de vida; aprende e reaprende seus saberes, cotidianamente; sistematiza os saberes prévios dos seus alunos, não apenas através dos conteúdos programáticos, mas também através de elementos outros, como sua opinião sobre assuntos do cotidiano, seus silêncios, etc..

É notório que a sociedade brasileira possui uma das piores distribuições de renda do planeta, conquanto seja uma das maiores economias do mundo globalizado. Isto produz efeitos extraordinariamente perversos para alguns dos seus segmentos sociais, no que tange ao desfrute de alguns produtos fundamentais para o existir com qualidade: alimentação, moradia, cuidados com a saúde, lazer, educação de qualidade, etc.. Quanto ao que presentemente ocupa nossa atenção – a educação de qualidade – concentremo-nos na clientela do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Estes educandos têm um perfil bastante revelador da assimetria das classes sociais brasileiras. Eles correspondem aos extratos desassistidos pelo sistema. Não tiveram acesso à educação de qualidade em idade apropriada, principalmente por causa da pobreza das famílias de onde procedem. Sua passagem pelo sistema escolar foi, na maioria dos casos, fugaz. Conforme os relatos que fazem, eles não desenvolveram as competências mínimas (leitura e operações aritméticas) que lhes permitam a inserção no mercado de trabalho nos níveis de melhor remuneração. Como somos uma sociedade capitalista, o não possuir condições de consumo compatíveis com o viver com qualidade atinge-os em sua auto-estima de forma frontal.

Além disto está o problema étnico-racial desse segmento. Conforme afirmou um preposto do Banco Mundial, em entrevista a Miriam Leitão, “a pobreza brasileira tem cor e ela é negra”. Isto acrescenta um ingrediente de peso ao drama dos despossuídos: o do racismo em sua repercussão sobre a psique do sujeito-vítima. Nos anos que temos dedicado a este contingente, temos constato que nos estudantes do EJA a auto-estima está, normalmente, baixa, devido à estigmatização dos ocupantes da base da pirâmide

social por conta dos subempregos, desemprego, discriminação quanto à condição sócio-cultural, baixa escolaridade, moradia em áreas de risco, periféricas, com alto índice de ocorrências policiais, etc..

Conforme aponta Gentil (2005):

Toda a história das idéias em torno da Educação de Adultos no Brasil acompanha a história da educação como um todo, que por sua vez acompanha a história dos modelos econômicos e políticos e conseqüentemente a história das relações de poder, dos grupos que estão no exercício do poder. A mobilização brasileira em favor da educação do povo, ao longo de nossa história parece realmente ligar-se às tentativas de sedimentação ou de recomposição do poder político e das estruturas socioeconômicas, fora e dentro da ordem vigente (2005, p.2).

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser legalmente atendida com a promulgação da Lei 10639/2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras, africanas, alterada, recentemente, pela Lei 11.645/08, que incluiu as culturas indígenas.

E isto exige uma reviravolta em tudo que concerne as história e cultura dos afro-descendentes e indígenas brasileiros, que devem ser explicadas, buscando-se especificamente desmascarar a falsidade do mito da democracia racial brasileira. Requer, ainda, mudança nos discursos, raciocínios, gestos, posturas dos que lidam com a educação.

Segundo Castro (2007)

A escola representa uma extensão do universo cultural dos educandos que dela participam assumindo um papel fundamental na própria formação como ser humano. Como formadora de opinião, ela tanto pode contribuir para que se formem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, ou para uma trajetória alienada dessas pessoas (2007, p.5).

Observamos que os estudantes afro-descendentes do EJA têm sua auto-estima rebaixada por se verem como descendentes dos que trouxeram para o concerto

civilizatório brasileiro elementos não valorizados positivamente (a estética do tipo físico, a preferência por cores fortes e misturadas, a religiosidade, as danças, as línguas, o jeito manhoso, a forma de andar, etc.). Os elementos culturais de matriz africana são sempre valorizados negativamente, o que explica a existência de mais de duzentas denominações para o não-negro: roxinho, “Gabriela, Cravo e Canela”, cor de formiga,... Como afirma Caio Prado Jr. (1942), no Brasil, basta que o sujeito tenha tido um longínquo ancestral branco para considerar-se um não-negro, tal o desconforto que é ensinado a sentir desde cedo por seus próprios familiares, em quem tal situação (étnico-racial) não se resolvera convenientemente. A herança afro-brasileira é discriminada, não apenas pela maioria dos próprios afro-descendentes, como também pelos professores e diretores que, mesmo sendo, não se assumem como afro-descendentes.

Sendo assim, e considerando-se que o alunado da EJA é formado por sujeitos entre 15 (quinze) a 70 (setenta) anos, pertencentes aos extratos mais desassistidos da população de Salvador e com a auto-estima baixa, que papel pode exercer o professor na elevação dessa auto-estima, considerando-se que isto influencia o desempenho acadêmico dos sujeitos?

A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação é amplamente tratada na Legislação brasileira. A **Constituição Federal de 1988** enfatiza a educação como um direito de todo cidadão brasileiro, independentemente de seu pertencimento racial. No seu artigo 205, afirma:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (1988, p.85).

O mesmo documento, em seu artigo 206, ratifica o princípio de igualdade e pontua o padrão de qualidade:

“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia de padrão de qualidade” (1988, p.85).

Em outro momento, em consonância com os princípios de igualdade, temos o artigo 210, que faz referência à necessidade de garantia e valorização da diversidade cultural: **“Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”** (1988, p.86).

Já a **Lei de Diretrizes e Bases** da Educação Nacional n. 9394/96, no Título III, Art. 4^º, pontua a obrigatoriedade do Estado no oferecimento da educação escolar pública, o qual será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Ainda dispõe na sua seção V, sobre como deverá ser ministrada a educação de jovens e adultos, no parágrafo 1º. :

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, **consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho**, mediante cursos e exames (grifo nosso).

Ao longo de sua história, o Brasil tem enfrentado o problema da exclusão social que gerou grande impacto nos sistemas educacionais. Hoje, milhões de brasileiros ainda não se beneficiam do ingresso e da permanência na escola.

O EJA é formada por alunos que acabam por completar a idade máxima para os estudos no diurno (14 anos) e por aqueles que há muito tempo afastados da escola dão-se conta da fragilidade de suas posições frente ao mercado de trabalho.

Conforme aponta Castro, (acessado em 19/11/2007), tem havido por parte das esferas governamentais uma preocupação no que diz respeito à instalação de equipamentos que facilitem a aprendizagem nas escolas noturnas. Isso devido aos estudos anteriores realizados pelo Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre a educação no Brasil: em 1999 eram 4,2 milhões de estudantes freqüentando a escola noturna; ou seja, 54,5% do total de 7,7 milhões de estudantes matriculados, enquanto 57% dos alunos do turno da noite trabalham ou estão procurando emprego, ao passo que dentre os estudantes do turno diurnos só 23% são trabalhadores. É importante ressaltar que estes são investimentos sociais na educação que possuem finalidades e interesses destinados diretamente ao mercado de trabalho.

Independente dos motivos dos investimentos, a legislação é clara quando diz que é de responsabilidade do poder público a oferta de condições adequadas para a realização da educação básica, também, para adolescentes, jovens e adultos, observando-se os setores marginalizados, para que possam, ao menos, ter condições de se engajarem no mundo do trabalho.

A criação da Lei 11.645/08, a Lei da Inclusão Racial, torna obrigatória nos currículos o ensino da história e cultura da África e dos afro-brasileiros e da cultura indígena, objetivando superar o racismo e aumentar a auto-estima dos educandos. Esta lei, como a sua antecessora – a 10.639/03 - representa um progresso, uma busca de políticas pública que promovam o enfrentamento das injustiças nos sistemas educacionais do Brasil. A sociedade brasileira não se assume como multicultural. Suas elites só recentemente reconheceram a discriminação promovida pelo Estado. Mesmo os que defendiam o sermos uma sociedade assimétrica, não reconheciam o problema da desqualificação promovida pela discriminação de negros e índios por parte dos que se julgam brancos. Nossas elites sempre se consideraram descendentes apenas de europeus, em detrimento de nossas raízes africanas e indígenas. Não nos orgulhamos de sermos mestiços. A escola, enquanto instituição social, não tem respondido a este problema de forma diferente. Se democrática fosse, ela deveria abrigar as diferenças e nelas encontrar os fatores de nossa riqueza cultural. No entanto, em seu seio opera-se uma discriminação não disfarçada, mesmo que não confessada. Os professores de Ciclo Fundamental testemunham que as crianças de quatro ou cinco anos já manifestam o desconforto com a quantidade de melanina de sua pele. Uma evidência disto está no fato de raramente se encontrar crianças que queiram representar os africanos. Elas dizem que seus pais afirmam que elas são moreninhas, chocolate...

Pois, como afirma Pereira,

Após 500 anos de colonização no Brasil, temos gerações de brasileiros “educados” por um processo de escolarização excludente de conhecimentos da maioria da população, seja através de conteúdos de base eurocêntrica, ou de uma concepção metodológica que nega as formas negra e indígena de produzir conhecimentos. (apud LIMA, 2005, p.39):

Em nosso entendimento o objetivo de se ensinar a história da África e dos afro-descendentes aos estudantes brasileiros visa criar as condições para que todo o povo brasileiro, afro-descendentes ou não, re-signifique sua herança cultural e se orgulhe de sua formação identitária.

Para tanto, conforme indica Gonçalves e Silva, apud Munanga (2001), é necessária uma pedagogia anti-racista baseada no diálogo, sem sentimentos de superioridade ou inferioridade; na reconstrução do discurso e da ação pedagógica que afirme a identidade e promova a inclusão dos secularmente marginalizados sociais e no estudo da recriação das diferentes raízes da cultura brasileira: africanas, indígenas, asiáticas e europeus. Conforme a antropóloga uspiana, Ruth Cardoso, cidadania, presentemente, implica a inserção dos que ficaram fora do acesso aos privilégios (Preconceito, 1996).

Segundo Cavallero:

A existência do racismo, do preconceito e da discriminação raciais na sociedade brasileira e, em especial, no cotidiano escolar acarretam aos indivíduos negros: auto-rejeição, desenvolvimento de baixa auto-estima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar. Para o aluno branco, ao contrário acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública. (CAVALLERO, citado por Secretaria de Educação Continuada, 2005 p. 12).

Além disso, existem outros fatores que propiciam a solidificação de opiniões preconceituosas e atitudes discriminatórias contra os estudantes negros, tais como: apelidos e xingamentos que fortalecem os preconceitos e ferem a psiquê dos sujeitos-alvo das discriminações raciais; situações nas quais estudantes negros são tratados por seus pares e até por professores com termos preconceituosos. Numa escola freqüentada por crianças e adolescentes de classe média, um professor perguntou a alguns alunos

porque apelidavam alguns afro-descendentes de “Negão”, e se já viram alguém ser chamada de “Branção”. Sem dar tempo à vítima de pronunciar seu descontentamento, um dos praticantes do assédio respondeu que o epíteto negão era carinhoso e que os sujeitos-alvo não se incomodavam.

No espaço escolar ainda nos deparamos com instrumentos de trabalho – livros e demais materiais didáticos – carregados de depreciação e preconceito em relação aos povos e culturas africanas, favorecendo o distanciamento entre os negros e os brancos, o que, conseqüentemente, desvia as energias do aluno afro-descendente do EJA.

Lima (2005, p. 01) alerta que em todas as disciplinas que compõem a grade curricular dos níveis fundamental, médio ou superior, o legado dos brancos é sempre tomado como norma a ser seguida, o currículo oficial é pensado de forma eurocêntrica. Para o autor, este fato demonstra que os descendentes da elite vêm usando a escola **“como forma de disseminar racismos e mentalidades colonizadoras”**. Os negros são **“constantemente apresentados na condição de escravos, passivos, apanhando, e por diversas vezes, sendo humilhados”**, e ainda, quando citados como participantes do processo histórico da formação do povo brasileiro, o são de forma **“caricata, seja através do folclore ou nos aspectos da chamada brasilidade”**. Estes fatos apenas vêm a aumentar o desconforto dos afro-descendentes, contribuindo para seu fracasso escolar.

Apesar disso, o Brasil tem se empenhado em estender o direito de alfabetização a todos; porém, o enfoque humanista de desenvolvimento e valorização do educando, no qual o ensino é centrado no aluno, ainda precisa ser estabelecido em todas as instâncias educativas, a começar por respeitar as realidades sociais de cada meio educativo, percorrendo as mais distintas especificações de cada educando.

O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ABORDAGEM HUMANISTA

Na abordagem humanista, as tendências encontradas predominantemente no sujeito são consideradas. Há uma preocupação com a imagem que o aluno tem de si mesmo, voltada para a sua integralidade como pessoa inserida numa determinada sociedade. Os conteúdos trabalhados em sala de aula advêm de experiências dos próprios alunos, e o professor não é o transmissor de verdades absolutas. Ele é apenas um facilitador da aprendizagem, vez que ‘ninguém ensina a ninguém..

A educação, na abordagem humanista, assume um amplo sentido, ela tem como finalidade principal a criação de condições que favoreçam a aprendizagem do aluno, de forma a que este se desenvolva não apenas intelectualmente, mas também emocionalmente. Existe uma ênfase no indivíduo, os alunos passam a ser capazes de tomar iniciativas, com responsabilidade, autodeterminação e discernimento, para aplicar os conhecimentos adquiridos/construídos na resolução de seus problemas.

Mizukami (1986, p. 45) afirma que no humanismo, **“tudo que estiver a serviço do crescimento pessoal, interpessoal, ou intergrupar é educação”**, cuja finalidade é uma aprendizagem que abarque conceitos e experiências, tendo como pressuposto um processo de aprendizagem pessoal, que implica, necessariamente, em mudança e autodescoberta. Assim, o professor deve promover uma aprendizagem que seja significativa para o aluno, que o envolva, para que ele tenha sempre o desejo de buscar mais conhecimentos.

Denise Antunes (2007) afirma que ao se pretender trabalhar na EJA com uma perspectiva mais humana, existencialista, inclusiva, que possibilite transformações no indivíduo, é necessário aliar a prática à teoria, admitindo-se revelar novos paradigmas educativos que considerem estas concepções de ser humano. A autora afirma ainda que **“..., ser um educador atual, aberto a novos desafios, representa construir sua personificação docente de forma evolutiva social e cultural”** (2007, p.23).

Trabalhar com a EJA não é apenas trabalhar com alunos de determinada faixa etária, mas, é principalmente, trabalhar com uma modalidade de ensino com uma especificidade cultural. Ainda que, muitas vezes, seja definida pela faixa etária a que

pertencem os alunos, estes não são quaisquer jovens e adultos, mas uma determinada parcela da população com características próprias e realidades de ensino muito distintas.

Segundo Denise Antunes (2007), esta modalidade de educação deve possibilitar:

A mediação de um aprendizado que represente o elemento de internalização de novos conceitos, a ressignificação de antigos saberes e dignidade em toda a vida. Esses elementos se estabelecem nas relações que o sujeito constrói a partir da sua realidade, com a participação de importantes educadores e na transformação de excluídos a incluídos, proporcionada no meio social a que pertencem.

Assim, a sala de aula na EJA significa uma constante troca de conhecimentos, nem sempre de maneira informal. Entretanto, assumindo-se que não existe neutralidade no ato de educar, os sujeitos envolvidos neste processo acabam por promover um ato político, mesmo sem intenções de fazê-lo.

Contudo, a EJA, pode ajudar a ir além das barreiras gritantes de uma sociedade capitalista e neoliberal, onde prevalecem modelos homogêneos entre tantos contrapontos: de diferenças sócio-culturais, raciais, de gênero, entre outros. Por este motivo os professores desta modalidade de ensino precisam realizar reflexões sobre a sociedade globalizada dentro do próprio contexto educativo, favorecendo a aprendizagem ao mediar os conhecimentos com as situações concretas, que não são admitidas, assim ele irá disseminar sementes de mudanças que, com certeza, irão contribuir para uma vida mais digna.

McLaren, apud Denise Antunes alerta:

Os professores, [...], deveriam revisitar seus próprios sonhos de um mundo que se curva em direção à justiça econômica e social e ver esses sonhos refletidos no espelho do sonho pedagógico de Freire, um sonho inspirado por uma esperança nascida da luta política e da crença na capacidade dos oprimidos de transformar o mundo do 'que é' para 'o que poderia ser', reimaginar, reencantar e recriar o mundo em vez de adaptar-se a ele (2007, p. 37).

O professor cheio de valores, hábitos, concepções e ações educativas que o identificam, deve mudar para assumir uma nova postura; a de mediador na construção do conhecimento, não ficando alheio às influências familiares e sociais outras, pois ser educador revela o ser humano em todas as suas construções e ações, configurando todos os seus saberes. Ele é responsável por realizar a reflexão tão necessária para compor novos conceitos e objetivos sociais.

O professor, em sua formação acadêmica, não é capacitado para trabalhar com o contexto da EJA, cujas salas de aula são compostas por alunos de idades diferenciadas, com histórias de vida também bastante diferenciadas. Fortes, apud Denise Antunes, afirma que **“a Educação de Jovens e Adultos precisa abrir espaços para a reconstituição do processo histórico da formação do educador (a), na perspectiva de identificar que saberes necessitam os educadores de EJA”** (Denise Antunes, 2007, p.41). Portanto, o professor precisa familiarizar-se com a realidade de seus alunos. Ao identificar-se como educador neste contexto, deverá buscar uma práxis diferenciada de outras construções educativas, propondo uma vida mais digna, mais saudável e mais humana, especificamente para os estudantes do EJA. Segundo Pozo, apud Antunes (2007), é necessário que o professor seja capaz de ter opções para realizar práticas pedagógicas que favoreçam a construção dos saberes do aluno, respeitando o tempo didático específico de um, visando o seu desenvolvimento integral, ou seja, cognitivo, motor, emocional e social (étnico-racial).

No que concerne ao aluno afro-descendente da EJA, os conteúdos devem estar relacionados ao seu contexto socioeconômico e cultural, buscando valorizar a sua história de vida, enquanto agente constituinte da população brasileira, reconhecendo que o mesmo vem travando, ao longo do processo de desenvolvimento do país, uma luta desigual contra toda forma de discriminação, inclusive a racial.

Para Munanga (2001; p. 09):

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessam apenas aos alunos de ascendência negra. Interessam também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os

segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolveram, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social da identidade nacional. (2001; p. 09)

Portanto, é necessário que o professor de jovens e adultos procure reverter esse quadro de discriminação racial, questionando para desconstruir esta idéia de superioridade de uns em relação a outros, uma vez que a educação escolar ainda ocupa um lugar de destaque na transmissão desta cultura discriminatória.

O professor deve trabalhar de forma a favorecer a integração pela reflexão sobre temas que objetivem a conscientização da importância da alteridade – da certeza de que o outro é importante para que eu seja eu.

A Constituição Federal, no seu artigo 205, estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (1988, p.85).

Porém, é importante indagar sobre a cidadania citada na constituição. Segundo Brandão, apud Nunes, (1989, p. 37), cidadania é o:

(...) aprendizado de novas estratégias de comportamento social que rompem as 'velhas formas de conformismo social, intelectual e cultural'; é esse alargamento de horizonte que permite que os membros da sociedade se vejam e a vejam como frutos de uma história que lhes pertence, porque são capazes de construir, se organizando e reagindo aos limites arbitrariamente impostos ao exercício pleno de seus direitos.

Deste modo, é possível concluir que a educação é direito de ricos, pobres, negros, brancos, índios, ou sujeitos de qualquer outra etnia, mulheres e homens. Além disso, que o pleno desenvolvimento da pessoa significa a dimensão cognitiva, política, cultural e social. A educação é capaz de auxiliar a efetivação das mudanças sociais, as quais devem ocorrer de forma que cada indivíduo possa atuar de forma autônoma, em

seu respectivo contexto social. A verdadeira educação deve possibilitar a construção de valores éticos, não apenas de habilidades e competências ligadas ao trabalho. Essas aprendizagens e descobertas devem possibilitar que o aluno da EJA realize uma mudança em sua forma de pensar a sociedade em que vive.

A AUTO-ESTIMA DO EDUCANDO

A auto-estima é fruto do que o indivíduo sente por ser o que é. Isto flutua ao longo de sua existência, conquanto seja desenvolvido desde os primeiros momentos da constituição da consciência de si mesmo como ser único na história. A ação das múltiplas instituições que agem sobre o homem, moldando-o desde seu primeiro piscar criará as tendências para sentir-se confortável ou não com suas muitas identidades.

Devido aos deslocamentos de significativos contingentes populacionais por conta de guerras, hecatombes ambientais, pobreza, perseguições políticas, etc., tem sido comum em toda a história humana a existência de sociedades multiculturais; ou seja, de sociedades compostas por diferentes etnias que de repente se vêm convivendo, nem sempre pacificamente, num mesmo espaço geográfico. A experiência humana não tem sido exemplar, nesta perspectiva. Estabelece-se quase sempre a hegemonia de uma em detrimento dos demais etnias. Isto certamente tem a ver com o fato de nada na vida do homem ser uma leitura literal da realidade. A atribuição de significados exerce um papel que estabelece as assimetrias fundantes do que temos aqui analisado. Traços físicos, local de origem, forma de falar, crenças religiosas..., são usados para estabelecer os alicerces da discriminação.

Desde os tempos bíblicos temos registros de tal fato. A consciência de que as pessoas são diferentes e que se manifestam de formas diferentes e que, nem por isso, são inferiores ou superiores é o primeiro passo para que pais e professores desenvolvam as condições básicas para a construção de uma auto-estima bem estruturada dos educandos. Está a questão étnico-racial resolvida nas mentes de pais e professores?

A auto-estima é um sentimento aprendido ao longo da vida. Por ser social, o homem está sempre sujeito à ação das instituições que ele mesmo cria para poder viver em sociedade.

Segundo Eugène Enriquez, as instituições humanas devem ser classificadas conforme visem ou não o lucro. As terapêuticas seriam as do segundo tipo, como a família, a igreja, a escola, o estado... Seriam estas, por sua natureza “desinteressada”, as responsáveis pela construção identitária, sustentáculo da auto-estima.

O tipo de educação recebida determinará a forma como a criança se relacionará com seu mundo social.

Educar é promover situações em que a criança possa penetrar no universo da subjetividade. Para crescer e construir o seu saber, a criança precisa transpor os limites que a impedem de crescer. Uma criança que é constantemente desaprovada tende a crer que não é realmente capaz.

Tentar enquadrar as crianças em um modelo idealizado significa despotencializá-la. Frases como: *“O que está acontecendo de errado com você?”*, *“Se você não obedecer eu não vou mais gostar de você!”*, *“Não adianta, ele não obedece mesmo.”*, *“Falar com você é perda de tempo”*, *“Nem tente, eu faço por você”*, ou ainda xingamentos dos mais diversos, como *“Você é burro mesmo...”*, *“Seu imbecil, não faz nada direito”*, tornam a criança insegura e com uma auto-imagem desvalorizada de si mesma.

Ao cobrar a criança por algo que não pode fazer, rotulando-a, ameaçando-a de perder o prestígio e o afeto de pais, professores e amigos, o adulto está determinando, na verdade, um sujeito incapaz de se apresentar adequadamente para o convívio e para a aprendizagem. Uma criança que não acredita ser capaz de criar, de desenvolver idéias, de fazer coisas, que não tenha tempo nem espaço para experimentar até acertar, aprendendo com seus erros, certamente não terá condições de transformar informações em um conhecimento que a liberte para tomar iniciativas sociais.

A escola como um espaço de aprendizagem, deve promover situações que favoreçam o desenvolvimento de valores, idéias e comportamentos. Porém, para aprender, os alunos devem querer aprender, eles precisam acreditar que a escola tem a ensinar o que eles precisam para viver na sociedade. Para Denise Antunes (2007, p.58) é importante estudar a auto-estima na escola, pois desta forma pode-se compreender melhor **“a relação de desenvolvimento pessoal com o ensino e com a aprendizagem, e compreender a representação cultural da escola para cada ser humano”**.

Conforme apresenta Nascimento Júnior (2006), a auto-estima, se caracteriza em saudável e não saudável. A primeira é representada pela criatividade, habilidade para lidar com situações que envolvam mudanças, cooperação, admissão de erros, realismo; pessoas com alta auto-estima conseguem manter relacionamentos estáveis com os demais, são otimistas. Já a auto-estima não saudável (também chamada de baixa auto-

estima) se caracteriza pela irracionalidade, medo do novo, conformismo ou rebeldia impróprios, medo ou hostilidade com relação às outras pessoas.

Braden ,apud Nascimento Junior(2006, p. 22) afirma que seis pilares sustentam a auto-estima saudável, quais sejam:

1. Viver conscientemente, ou seja, respeito pelos fatos, compreensão não apenas do mundo exterior, mas também do seu mundo interior, busca e aceitação de novas informações que ajudem a melhor compreensão destes mundos;
2. Auto-aceitação, que se define pela disposição de admitir, experimentar e assumir a responsabilidade por seus atos e pensamentos, sem necessariamente aprová-las ou justificá-las;
3. Senso de responsabilidade, representado pela percepção de que depende de cada um de nós o rumo que toma a sua vida, cada qual é responsável pelo seu bem estar e pela realização de suas metas;
4. Auto-afirmação significa afirmar a si mesmo, ser autêntico nas suas relações interpessoais, respeitando-se e respeitando o outro, seus valores e idéias; é não esconder o que é para evitar a desaprovação do outro, mas expor suas idéias, defendendo-as da maneira apropriada;
5. Intencionalidade, ou prática de viver objetivamente, é o estabelecimento de metas para a vida, determinando-se as providências necessárias para atingi-las, com ações monitoradas constantemente, visando perceber se está no caminho correto ou se deve mudar a maneira de agir.
6. Integridade pessoal. É ter e apresentar valores pessoais que sirvam de exemplos positivos para o outro.

Diante do exposto, podemos afirmar que o professor deve cuidar especialmente para que estes pilares sejam formados, uma vez que a auto-estima se constrói diariamente através da relação da criança com sua família, seus amigos e sua escola. Na escola deve ser estimulado a desenvolver as habilidades necessárias para viver de forma ativa e participativa na sociedade, motivando-os a encontrarem um objetivo comum entre

eles, pois, conforme aponta a Teoria da Motivação de Maslow, a motivação é um dos fatores internos ao qual devemos dar especial atenção, para compreender o comportamento das pessoas.

Para Maslow, as necessidades dos seres humanos obedecem a uma hierarquia, cujos patamares devem ser, exigindo sempre que as pessoas busquem a superação dos níveis inferiores. Nesta teoria, se as necessidades fisiológicas (fome, calor, sexo...) do indivíduo não forem satisfeitas, estes não irão buscar reconhecimento pessoal e status, pois as necessidades humanas estão organizadas e dispostas em níveis, numa hierarquia de importância e de influência, numa pirâmide, em cuja base está as necessidades fisiológicas e no topo, as necessidades mais elevadas (as necessidades de auto realização).

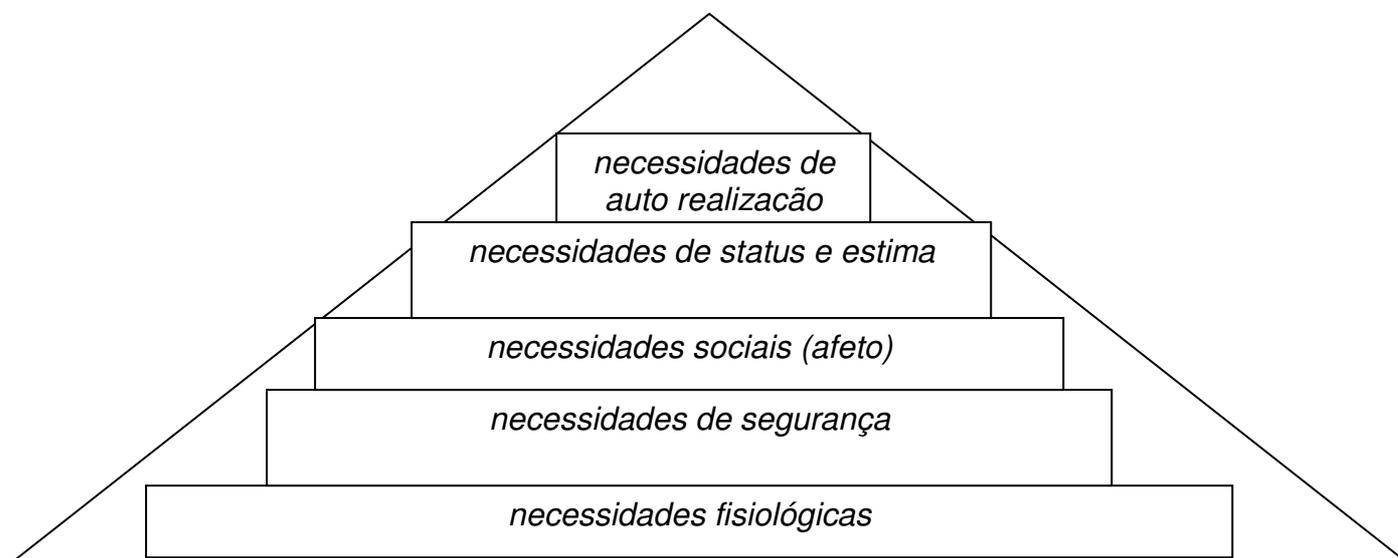
Quando não consegue realizar o ciclo motivacional, acontece a frustração do sujeito que poderá assumir várias atitudes, como: comportamento ilógico ou sem normalidade; agressividade por não poder dar vazão à insatisfação contida; nervosismo, insônia, distúrbios circulatórios/digestivos; falta de interesse pelas tarefas ou objetivos; passividade, moral baixo, má vontade, pessimismo, resistência às modificações, insegurança, não colaboração, etc.

Quando a necessidade não é satisfeita e não sobrevivendo as situações anteriormente mencionadas, não significa que o indivíduo permanecerá eternamente frustrado: de alguma maneira a necessidade será transferida ou compensada. Daí percebe-se que a motivação é um estado cíclico e constante na vida pessoal.

Existem dois tipos de motivação: quando nos conduzimos para um objetivo, com um forte desejo de alcançá-lo, pois ele nos é atraente, impulsionador de nossa vontade; e, quando, querendo fugir de uma condição desagradável, negativa ou aversiva, também nos voltamos para um alvo, no intento de nos vermos livres da sensação negativa. Quando nos vem à mente algum projeto ou, alguma idéia, sem que nos demos conta, ela irá passar pelos nossos crivos. O que seriam esses crivos? São as nossas crenças limitantes, aquilo em que acreditamos com toda a força de nosso ser: ex.: “Gostaria de mudar de emprego, entretanto, será que vou ser aceito em outra empresa? Será que tenho condições de arranjar logo outra colocação? Se conseguir, será que aceitarão minhas expectativas de salário? “Estas e muitas outras dúvidas assolam a mente de muitas pessoas nas mesmas condições. Esse tipo de dúvida mostra como por traz de

tudo isso, existe uma ou mais crenças, relacionadas à capacidade ou ao merecimento. A decisão tomada está relacionada à auto-estima saudável ou não saudável do indivíduo.

A hierarquia das necessidades de Maslow pode ser melhor vislumbrada a partir do quadro a seguir, sendo que as prioridades seguem de baixo para cima:



As necessidades fisiológicas constituem a sobrevivência do indivíduo e a preservação da espécie: alimentação, sono, repouso, abrigo, etc. As necessidades de segurança constituem a busca de proteção contra a ameaça ou privação, a fuga e o perigo. As necessidades sociais incluem a necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos companheiros, de troca de amizade, de afeto e amor. As necessidades de estima envolvem: a auto-apreciação, a autoconfiança, a necessidade de aprovação social e de respeito, de status, prestígio e consideração, além de desejo de força e de adequação, de confiança perante o mundo, independência e autonomia. A necessidade de auto-realização são as mais elevadas, de cada pessoa realizar o seu próprio potencial e de auto desenvolver-se continuamente.

No que diz respeito ao aluno afro-descendente da EJA, reconhecer e valorizar suas idéias significa estimular o seu desenvolvimento, dando-lhe autonomia, motivação, e melhorando sua aprendizagem, pois o mesmo irá ver na escola, uma forma de alcançar suas metas. Quando o professor de EJA investe no desenvolvimento da auto-estima dos seus alunos, está dando-lhe condições de reagir de maneira apropriada em qualquer momento de sua vida.

Estes alunos que, como já citado têm suas raízes étnicas desprezadas e menosprezadas nos livros didáticos, e na sociedade em geral, não possuem referências positivas para a sua identidade. Ao propagar estas idéias, o professor esta reforçando no seu aluno afro-descendente uma auto-estima não saudável. A este respeito Pereira, *apud* Silva (2001, p.126) diz:

[...] Em geral, os personagens negros expressam seres socialmente subalternizados ou desqualificados, delinqüentes, ridicularizados, risíveis, malandros, promíscuos, imorais, primitivos, espetaculosos, bufões, excitativos, etc., vivendo situações ambíguas, moralmente desaconselháveis, não sérias, exóticas [...] Todos esses ingredientes de representação étnica são encontrados na tradição oral, na literatura de cordel, na literatura ficcional e até mesmo na literatura científica e no livro didático.

Tão importante quanto às idéias é o equilíbrio emocional, o desenvolvimento de atitudes positivas diante de si mesmo e dos outros, aprender a gostar de si e dos demais. Wong, *apud* Moran,(2007, s/p) afirma ***que "Os alunos só terão sucesso na escola, no trabalho e na vida social se tiverem autoconfiança e auto-estima. A escola de hoje não trabalha isso"***. Portanto, o professor deve ter cuidado ao elaborar seu plano de ensino, na escolha dos conteúdos programáticos, enfim, do currículo trabalhado, com o objetivo de não transformar a escola como instrumento de perpetuação das desigualdades, do racismo, preconceito e injustiças sociais, mas um espaço onde saberes são compartilhados.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

TEMA: O papel do professor na elevação da auto-estima do aluno afro-descendente da educação de jovens e adultos.

PROBLEMA: A valorização positiva dos elementos culturais de matriz africana contribuirá para a elevação da auto-estima dos alunos afro-descendentes da EJA?

HIPÓTESE

▪ Se o professor da EJA valorizar positivamente os elementos culturais de matriz africana, seus alunos afro-descendentes terão sua auto-estima elevada, caso contrário isso não acontecerá.

VARIÁVEIS

INDEPENDENTE: A valorização positiva dos elementos culturais de matriz africana pelos professores da EJA

DEPENDENTE: A elevação da auto-estima dos alunos afro-descendentes da EJA.

OBJETIVOS

GERAL:

- Elevar a auto-estima dos alunos afro-descendentes da EJA.

ESPECÍFICOS:

- Verificar o nível de conforto/desconforto com o fato de ser afro-descendente.
- Verificar se os familiares dos sujeitos foram indiferentes, preconceituosos, exaltadores dos elementos étnico-raciais de matriz africana em seu ambiente doméstico, no tocante à:
 - caracteres físicos dos afro-descendentes;

- religiões afro-brasileiras
 - Danças, música, lutas... dos afro-descendentes.
-
- Verificar como seus professores faziam referência à bibliografia de homens negros, como Luis Anselmo, Luiza Paim, Luis Gama ou se omitiam a informação ao fato de serem afro-descendentes.
 - Verificar se o professor promoveu:
 - a re-significação da Capoeira, enquanto esporte e enquanto luta de defesa pessoal;
 - a visita a alguns sítios onde existe um acervo cultural importante para a compreensão de qual foi a verdadeira contribuição dos africanos e seus filhos à cultura brasileira;
 - a visita de alguns afro-descendentes bem-sucedidos em várias áreas de nossa existência contemporânea;
 - Verificar o nível de conforto/desconforto com o fato de ser afro-descendente.

TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa “descritiva” quanto ao objetivo e de “levantamento” quanto à execução.

▪ INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Foi realizada a análise de documentos como Diários de Classe, Planos de Ensino e Ata de Resultados Finais, com o propósito de se verificar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, conteúdos e habilidades trabalhadas pelos professores e índice de aprovação, repetência e evasão dos alunos da EJA.

Realizou-se entrevistas e questionários fechados com estudantes afro-descendentes da educação de jovens e adultos nas séries iniciais do ensino fundamental, e ainda com professores que atuam nesta área, visando identificar de que forma são

valorizados os elementos culturais de matriz africana nas práticas pedagógicas dos professores da Educação de Jovens e Adultos.

Observações assistemáticas foram realizadas pelo pesquisador.

Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente de um universo de oitenta alunos, correspondendo a 20% (vinte por cento) dos estudantes e foi entrevistada a totalidade dos professores.

A INSTITUIÇÃO

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola da rede pública do estado da Bahia, localizada na cidade de Salvador, em um bairro periférico residencial/comercial, com problemas econômicos e sociais característicos de bairros populares da cidade de Salvador.

A escola é de médio porte, e atende alunos do Ensino Fundamental, sendo que 06 (seis) de suas salas de aula no turno noturno são destinadas para os alunos da educação de jovens e adultos da educação básica (1^a à 4^a séries).

Este campo de pesquisa foi escolhido por ser nosso local de atuação profissional, onde observamos situações que claramente manifestam a baixa auto-estima dos estudantes que fazem parte da educação de jovens e adultos, em especial os afro-descendentes, os quais, em sua maioria, acabam por não dar continuidade aos estudos.

ANÁLISE DE DADOS:

A pesquisa procurou responder a pergunta: qual o papel do professor na elevação da auto-estima do aluno afro-descendente da educação de jovens e adultos.

As respostas obtidas, analisadas no capítulo seguinte, demonstram que sim; mais ainda, que os professores entrevistados, apesar de conhecerem a Lei 11.645/08, não a colocam em prática, por motivos não revelados. A consciência de que trabalhar datas comemorativas que fazem alusão à história do negro não é suficiente para elevar a auto-estima do afro-descendente deve ser tomada pelos educadores que realmente querem a igualdade de direitos.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

No transcorrer do processo histórico brasileiro, os afrodescendentes foram discriminados, através de manifestação de preconceito e racismo, sendo destinados a eles um ensino inferior, e conseqüente mercado de trabalho sem projeção de crescimento profissional. Frases como: “lugar de negro é na cozinha”, “branco correndo é atleta, negro correndo é bandido”, demonstram a posição que o afro descendente detém socialmente, pois estão carregadas da idéia de inferioridade racial dos negros, fortalecendo no afro-descendente que as ouve, a baixa da sua auto-estima.

Conforme Munanga (2006, p.180), estas práticas discriminatórias,

Se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos (...) se manifestam também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência de história do povo negro no Brasil. Manifestam-se ainda nos meios de comunicação de massa (propagandas, publicidades, novelas) que insistem em retratar o negro e outros grupos étnicos/raciais que vivem história de discriminação, de maneira indevida e discriminatória.

Assim, a partir da constatação de que o educando afro-descendente da EJA, possui auto-estima baixa, elaboramos a hipótese de que o docente atuante no EJA pode contribuir para a elevação desta auto-estima. O objetivo da pesquisa é verificar se o professor do EJA ao focalizar, positivamente, os elementos sócio-culturais trazidos pelos africanos contribui para a elevação da auto-estima dos discentes afro-descendentes.

Na revisão bibliográfica foram estudados autores como Celso Antunes, Paulo Freire, Kabengele Munanga, com a finalidade de agregar elementos que fundamentem a discussão sobre o papel exercido pela positivação das raízes culturais africanas do povo brasileiro e como isto interfere no processo ensino-aprendizagem, vez que um aluno com auto-estima baixa tende para a apatia, para a não atualização do seu potencial humano, conforme é afirmado pela corrente humanista. Este educando, segundo a compreensão da pesquisadora, tende a ser não-ativo no contexto sócio-cultural do seu entorno escolar.

SUJEITOS

Os alunos entrevistados fazem parte da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos, são afro-descendentes, econômica e socialmente menos favorecidos, na faixa etária entre 20 e 50 anos, com profissões que não exigem o básico da educação (saber ler, escrever e contar, apesar de neste caso, o fazerem mentalmente), ganhando até três salários mínimos.

Já as professoras entrevistadas possuem curso médio em magistério, sendo que apenas uma tem especialização, lecionam entre dez e trinta anos, e conhecem as ações afirmativas para combater as diversas formas de preconceito racial em relação aos afro-descendentes.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo foi realizada conforme previsto na metodologia, sendo que os estudantes foram apenas entrevistados, não responderam questionários, devido às dificuldades de escrita apresentadas, inclusive entre os alunos do último ano do 1º ciclo (4ª série).

No que diz respeito aos alunos afro-descendentes entrevistados, 50% deles encontram-se na 1ª série do Ensino Fundamental e 50% na 4ª série. São em sua maioria do sexo masculino (56%). A faixa etária dos mesmos varia entre 20 e 50 anos, sendo que 50 % encontram-se entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos, 31,25% entre 40 (quarenta) e 50 (cinquenta) anos e 18,75% entre 20 (vinte) e 30 (trinta) anos. O que deixa claro que, por falta de políticas públicas voltadas para a educação da população menos favorecida economicamente, o Brasil não conseguiu garantir o direito à alfabetização, como previsto no artigo 205 da Constituição Federal.

As profissões que exercem estão relacionadas à prestação de serviços: pedreiros, motorista, comerciários, vendedores e domésticas, sendo que esta última resposta foi desmembrada como: babá, faxineira, diarista e empregada doméstica (6,25%), o que pode representar uma negação em relação ao trabalho que exercem. Já 31,25% dos entrevistados alegaram trabalhar como vendedores/comerciários, uma profissão socialmente mais bem vista que as demais. Seus genitores também possuem profissões semelhantes,

Vêm de famílias com até 05 filhos (87,5%) e, seguindo o exemplo dos pais, 81,25% deles tem sua família formada por até 05 filhos. No que diz respeito à moradia 56,25% moram em casa alugada, sendo que 81,25% moram em casas de 04 a 06 cômodos. Apenas um entrevistado (6,25%) afirmou não possuir renda, mas 81,25% alegam que tem renda familiar de até 03 salários mínimos.

Estes dados deixam clara a exclusão social que estes estudantes vivenciam, pois passam por situações de **"precariedade do emprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza do futuro"** (Paugam, *apud* Demo,2002, p.17).

Os entrevistados deixaram claro que conhecem as etnias que formam o povo brasileiro, sendo que 100% citaram as negras e brancas, destes, 87,5% citaram também os índios, apenas 6,25% incluíram os denominados de amarelos (asiáticos), porém

18,75% acreditam que outras etnias fazem parte da composição do povo brasileiro, confundindo etnia com região de origem. 93,75% dos entrevistados se vêem pertencendo a mais de uma das etnias citadas anteriormente; sendo que 87,5% se percebem como negros, portanto se admitem reconhecendo suas raízes históricas e culturais, porém, quando questionados se a frase *“Poucos são os que se assumem como negros” é falsa ou verdadeira*, 93,75% concordaram que é verdadeira. Entretanto, 50% destes são identificados por outros negros como mestiços e apenas 25% como negros. O contrário ocorre na forma como são vistos pelos brancos: 100% afirmam serem reconhecidos como negros.

No que diz respeito ao questionamento nº. 07, 75% concordam com a terceira afirmativa, deixando claro que há uma comparação entre ser negro no Brasil e nível social e econômico. Contraditoriamente, os mesmos 75% acreditam que a sociedade brasileira valoriza suas raízes africanas. Esta resposta pode estar relacionada à divulgação nas escolas da rede pública sobre a antiga Lei 10.639/03, atual 11.645/08, já abordadas em capítulo anterior. Dos 25% que discordaram 75% acreditam que isto se deve ao fato de a sociedade brasileira desejar esconder suas origens africanas e 25% acreditam que o Brasil tem vergonha de seu passado escravista.

Todos os entrevistados concordam que a cor da pele não deve estar relacionada à sua competência profissional, mas 93,75% acreditam que a situação de pobreza vivida pelos negros é decorrência da falta de oportunidades que não receberam por parte do governo; apenas 6,25% afirmam que o afro-descendente precisa se esforçar mais.

Todos reconhecem que os africanos trouxeram várias contribuições para a cultura do povo brasileiro, nas artes, na culinária, na maneira de falar, reconhecendo personalidades negras nas diversas áreas. Entretanto, no que diz respeito à religião, apesar de todos reconhecerem que a religiosidade africana é forte – por ter resistido a tantas dificuldades - e digna de admiração, apenas 12,5% conhecem o mito da criação do mundo dos lorubás. Porém:

“Compreender a tradição religiosa afro-brasileira, recontar a história do povo negro na África pré-colonial, pós-colonial e, em nosso caso específico, durante e após o regime escravista brasileiro significa compreender um passado que para muitos de nós é desconhecido. Este passado e o modo como foi construído interfere e interferirá em nossas

crenças e nas formas de inserção e vivência do mundo atual, seja enquanto negros, brancos e indígenas brasileiros. (MUNANGA, 2006, p.140)

Dos entrevistados 68,75% já presenciaram ou foram vítimas de discriminação, reagindo com um misto de ódio (62,5%), indignação (50%) e perplexidade (12,5%); nenhum conhece a “Lei do Boi”. Quanto à política de cotas do governo, 12,5% foram contra, o mesmo percentual se admitiram indiferentes à questão e 75% são a favor. Os que foram contra o são, pois acreditam que: todo mundo tem que estudar, se esforçar, para conseguir entrar na universidade, pois todos são capazes.

No que diz respeito ao corpo docente, foi realizado questionário com um universo de quatro professoras privilegiando os extremos do curso básico (duas da 1ª série e duas da 4ª série), com faixa etária entre 31 e 62 anos; Duas delas possuem nível médio (magistério), uma tem pós-graduação em Psicopedagogia e uma tem curso médio, mas está realizando o curso de Pedagogia. O tempo de serviço na área de educação das entrevistadas varia entre 10 e 30 anos.

Na resposta do questionário todas incluem negros na formação do povo brasileiro, juntamente com brancos e índios, sendo que duas delas incluem outras raças. Quanto à sua própria raça, 01 se acha branca, 02 negras, e 01 se considera mestiça, sendo que na fusão das raças 02 se denominam caboclas e 02 cafuzas, pois, para elas, ser afro-descendente significa ser mestiça. São reconhecidas por pessoas de pele clara como: branca (01), negra (01) e mestiça (02), já as pessoas de pele escura as reconhecem como: branca (01), negra (02) e mestiça (01). O que demonstra que negros e brancos percebem o outro de forma diferente em relação à cor da pele.

50% das entrevistadas acreditam que não se pode comparar beleza de uma mulher de cor clara com outra de cor negra, pois na mesma proporção a de pele negra é mais bonita, enquanto que 25% acreditam que é a branca e 25% que pode ser qualquer uma das duas.

No que se refere à religiosidade, acreditam que o transe na religião africana é: o Espírito Santo (50%), os demônios (25%), 25% preferiu não responder a questão. Estas respostas significam um desconhecimento por parte das professoras entrevistadas - das

religiões de matriz africana, como candomblé, umbanda e congado. Munanga (2006) afirma que:

Sendo religiões de matriz africana e praticadas inicialmente somente pelos grupos negros, o candomblé e a umbanda sofreram (e ainda sofrem) todas as interferências do racismo existente em nosso país. Quem de nós não ouviu comentários de que as religiões afro-brasileiras significam algo espiritualmente negativo? Ou que não são religiões, mas sim, 'seitas malignas'? (MUNANGA; 2006, p.143).

Todas concordam que o governo assume que a cor da pobreza brasileira é negra, pois, segundo falas das professoras:

“Para o governo a pobreza é negra e de cor negra, pois os habitantes das periferias na maioria das vezes são negros; porém isto acontece pelo fato de ser um resíduo da nossa colonização”.

“Porque a maior população concentrada nas favelas é de negros”.

“Por causa da origem escrava no Brasil. O negro não foi alfabetizado, não tinha como concorrer e exigir seus direitos”.

Para 75% das professoras a maioria dos afro-descendentes permanecem na pobreza porque não receberam oportunidades para ascenderem profissionalmente, enquanto que 25% acredita que o Estado não implementou políticas públicas que os beneficiasse. Em relação à atos de discriminação 75% delas já sofreram ou presenciaram algum, e a reação das mesmas foi de indignação.

Em relação à política de cotas apenas 25% a vê como uma maneira do negro ingressar na faculdade sem ter que desembolsar o pagamento, pois ganha pouco, e 75% delas são contra, uma vez que:

“Cada um tem que ser capaz”;

“Os negros são tão inteligentes quanto os brancos”;

“A cota deveria beneficiar a classe pobre (humilde) e não levar em conta a cor da pele, já que no Brasil todos são descendentes de negros”.

Em relação às Leis, 75% delas conhecem a Afonso Arinos e Lei Caó; todas conhecem a antiga Lei 10.639/03.

Apesar disto, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, analisadas a partir dos Diários de Classe e Planos de Ensino não contemplam a História e Cultura Afro-Brasileira, apesar de terem reservado, no Plano de Curso, uma unidade didática para este estudo, com o título: - Quem somos? Identidade Cultural, e com os seguintes subtítulos: - Cultura afro-brasileira; - Cultura Indígena; - Cultura Regional. A culminância desta unidade está prevista para o dia 20 de novembro – Dia da Consciência negra.

Este fato deixa claro que, a escola procurou atender a exigência da Lei, colocando o tema no Plano de Curso da escola, porém as professoras não vêm trabalhando o conteúdo, por desconhecimento do tema ou por não saberem como trabalhar, pois não se sentem capacitadas para tal, afinal são muitos anos de discriminação e rejeição ao tema. Além do mais, acostumou-se nas escolas a trabalhar reflexão sobre as suas raízes e lutas pela liberdade apenas no Dia da Consciência Negra.

Já a análise das atas do ano de 2007 da escola pesquisada demonstra que: na 1ª série o número de alunos que se matriculam, mas nunca freqüentaram equivale a 21,5% dos alunos e de evadidos, ou seja, chegaram a freqüentar a escola, mas desistiram 38%, ou seja, dos matriculados apenas 35,4% chegam ao final do ano letivo, tomando como base a matrícula inicial, 30,3% são aprovados e 5,0% reprovados. Para os alunos da 3ª e 4ª séries (as turmas foram compactadas em 2007, o que não acontece neste ano), não foram detectados alunos que nunca freqüentaram a escola, apesar de matriculados, porém, é gritante o número de evadidos: 62,8%, enquanto que o número de aprovados cai consideravelmente: 27,1% e os reprovados formam um total de 10%.

Estes dados revelam que a escola pesquisada precisa refletir acerca da práxis pedagógica dos seus professores, questionando formas de realizar projetos que valorizem o aluno da EJA, em especial os afro-descendentes; realizando inclusive, capacitação do corpo docente a cerca das raízes culturais dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES

O trabalho com a educação de jovens e adultos requer do professor uma atitude de consciência, valorização do aluno como co-participante do processo de ensino e aprendizagem, pois, como afirma Freire (1999, p.25) “***Não há docência sem discência, as duas se explicam aos seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro***”.

Refletir com os alunos a questão racial, os aspectos que envolvem a colonização e formação do povo brasileiro não é apenas uma questão de trabalhar conteúdos, mas uma questão de ética, de reconhecimento e valorização da própria raiz cultural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) já trazem o tema Pluralidade Cultural que deve ser trabalhado, pois:

A coexistência da ampla diversidade étnica, lingüística e religiosa em solo brasileiro coloca a possibilidade da pluralidade de alternativas. De certa forma, é como se o plural que se constata, seja no convívio direto, seja por outras mediações, evidenciasse e ampliasse o plural que potencialmente está em cada um. (Brasil, 2001, p.21).

Assim, trabalhar a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro com os alunos da EJA representa valorizar a história de vida de cada um, para tal precisa superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias. Para tal, a escola não deve apenas incluir o tema na sua Proposta Político Pedagógica, mas acompanhar a implementação do mesmo, não permitindo que fique restrito a datas comemorativas, como acontece com a escola pesquisada. Este tema deve ser trabalhado no decorrer do ano letivo, pois a auto-estima saudável do aluno não se constrói da noite para o dia, mas com ações contínuas no decorrer de todo o processo de ensino e aprendizagem. O professor deve estar disposto a motivar seus alunos, compreendendo que o processo educacional também é formado por dimensões como ética, diferentes identidades, cultura, relações sociais, entre outras.

Portanto, a auto-estima pode ser a responsável tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso do alunado da EJA, pois, quando tem a sua auto-estima elevada, ele sente-se competente, merecedor do sucesso; já quando isto não ocorre, ele sente-se inadequado, podendo, inclusive, sentir-se culpado e um fracassado na vida.

Trabalhar com EJA significa estar ciente que os alunos trazem conhecimentos prévios, escutando-os; significa lançar desafios para que os alunos ampliem e/ou reformulem estes conhecimentos, através de debates, pesquisas, reflexões. Significa ter uma nova práxis: mais humana, existencialista, verdadeiramente inclusiva, que propicie as transformações que só uma verdadeira educação pode alcançar.

Diante do exposto, podemos concluir que a hipótese de que se o professor da EJA valorizar positivamente os elementos culturais de matriz africana, seus alunos afro-descendentes terão sua auto-estima elevada, está comprovada.

REFERENCIAS

ANTUNES. Celso. **Relações interpessoais e auto-estima: a sala de aula como espaço de crescimento integral**. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 2003

AZEVEDO. Maria Amélia & Marques. Maria Lucia (Orgs.) **Alfabetização hoje**. São Paulo. Cortez, 1997.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação sexual**/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

CHALITA. Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo. Ed. Gente, 2001.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Campinas, Autores Associados, 2002.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIMA, Antonio Cosme Onawale. **História e cultura do negro no currículo**. Texto apresentado no seminário "Conceitos e práticas de Promoção da Igualdade Racial e de Gênero". UFBA/CEAO/CEAFRO, março/2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação de Jovens e Adultos. Proposta curricular para o 1º. Segmento do ensino fundamental**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília, 1997.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas – psicologia das relações interpessoais**. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2000.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino: As abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MOTA DE LIMA, Maria Nazaré (Org). **Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores em história e cultura afro-brasileira e africana**. Salvador: CEAFFRO, 2005.

MUNANGA. Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MUNANGA. Kabengele & Gomes, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006

NASCIMENTO JUNIOR, Jurandir Gregório. **A utilização da música no ensino de história: uma contribuição para a construção de uma identidade étnica.** Monografia. Salvador, APLB – Fundação Visconde de Cairú, 2006.

NUNES, Clarice (Org). **Escola e cidadania: aprendizado e reflexão.** Salvador: UFBA, 1989.

PINTO, Luiz Fernando Meireles. **Motivação.** Salvador, UFBA, 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03 / 2005.** (Coleção Educação para todos).

SINPRO. Sindicato dos professores do Estado da Bahia. **Conhecendo a nova LDB. Comentários e íntegra da lei.** Bahia. Sinpro, s/a.

Sites acessados:

ANTUNES, Denise Dalpiaz. **Relatos Significativos de Professores e Alunos na Educação de Jovens e Adultos e Sua Auto-Imagem e Auto-Estima.** Porto Alegre, 2007. Capturado no Site: www.cereja.org.br (acessado em 03/06/2008)

CASTRO, Ana Claudia Matos. **Uma Escola Noturna da Periferia: Educação de Jovens e Adultos.** Capturado no Site: www.cereja.org.br (acessado em 19/11/2007)

GENTIL, Viviane Kanitz. **EJA: Contexto Histórico e Desafios da Formação Docente.** Capturado no Site: www.cereja.org.br (acessado em 19/11/2007)

MORAN, José Manuel. A afetividade e a auto-estima na relação pedagógica. **In: A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá.** Papirus, 2007, p. 55-59. **Capturado no Site:** www.eca.usp.br/prof/moran/afetividade.htm (acessado em 17/06/2008)

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Capturado no site: www.unicentro.br/neddi/constituicao.pdf (acessado em 19/11/2007)

APÊNDICE

Tabela de dados referente aos alunos pesquisados

Gênero:

Gênero	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Masculino	09	56,0
Feminino	07	44,0
Total	16	100,0

Faixa etária:

Faixa etária (anos)	Valor absoluto	Valor relativo (%)
20 – 30	03	18,75
30 – 40	08	50,00
40 – 50	05	31,25
Total	16	100,0

Série:

Série	Valor absoluto	Valor relativo (%)
1 ^a	08	50,0
4 ^a	08	50,0
Total	16	100,0

Profissão:

Profissão exercida	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Babá	1	6,25
Faxineira	1	6,25
Diarista,	1	6,25
Empregada doméstica	1	6,25
Vendedores, comerciantes	05	31,25
Outros (pedreiro, ajudantes de mecânico, motorista)	07	43,75
Total	16	100,0

Número de irmãos

Irmãos	Valor absoluto	Valor relativo (%)
01 – 05	14	87,5
05 - 10	2	12,5
Total	16	100,0

Residência

Condição da residência	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Alugada	09	56,25
Própria	07	43,75
Total	16	100,0

Número de cômodos da residência

Numero de cômodos	Valor absoluto	Valor relativo (%)
01 – 03	03	18,75
04 – 06	13	81,25
Total	16	100,0

Renda mensal

Renda mensal (salário mínimo)	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Não trabalha	01	6,25
01 – 03	13	81,25
03 - 05	02	12,5
Total	16	100,0

Conhecimento sobre as etnias que formam o povo brasileiro

Etnias	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Negra e branca	16	100,0
Negra, branca e indígena.	13	81,25
Negra, branca e indígena e amarela.	01	6,25
Outras além das citadas anteriormente	03	18,75
Total	16	-

Pertencimento quanto as etnias

Numero de etnias	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Mais de uma	15	93,75
Apenas uma	01	6,25
Total	16	100,0

Como se percebem

Identificação de etnia	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Negra	14	93,75
Negra e branca	13	81,25
Negra, branca e indígena	08	50,00
Outras	02	12,5
Total	16	-

Como são identificados por demais negros:

Identificação de etnia	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Negra	04	25,0
Branca	01	6,25
Mestiço	08	50,0
Não responderam	03	18,75
Total	16	100,0

Como são identificados pelos brancos

Identificação de etnia	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Negra	16	100,0
Branca	0	-
Amarelo	0	-
Indígena	0	-
Total	16	100,0

Tabela de dados referente aos professores pesquisados

Gênero:

Gênero	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Masculino	0	-
Feminino	04	100
Total	04	100,0

Faixa etária:

Faixa etária (anos)	Valor absoluto	Valor relativo (%)
30 – 40	01	25,0
41 - 62	03	75,0
Total	04	100,00

Formação acadêmica

Formação	Valor absoluto	Valor relativo (%)
Nível médio (Magistério)	02	50,0
Graduação (Pedagogia não concluída)	01	25,0
Especialização (Psicopedagogia)	01	25,0
Total	04	100,0

Tempo de serviço

Tempo de serviço (anos)	Valor absoluto	Valor relativo (%)
10 – 20	02	50,0
21 – 30	02	50,0
Total	04	100,0